


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000261-06.2015.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Gustavo Tadeu Pessente de Oliveira**
 Requerido: **Euclides Maraschi Junior e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Gustavo Tadeu Pessente de Oliveira move ação de restituição de valores cumulada com indenização por danos materiais e morais em face de **Banco Itaucard S/A, Pacto Leilões – Auctionsp Promotora de Eventos Ltda e Euclides Maraschi Júnior**, alegando em síntese que em 12 de fevereiro de 2015, representado por Roberto Antunes Lima, arrematou o veículo descrito na petição inicial pelo preço de R\$ 17.100,00, pago mediante depósito em conta corrente. Assevera que os alienantes não entregaram os documentos necessários à transferência do veículo no prazo estipulado de 60 dias, período no qual realizou benfeitorias no bem. Impedido de adequar a documentação e, conseqüentemente, de circular com o veículo, restituiu o bem à *corrê* **Pacto Leilões** sob a promessa de devolução dos valores pagos. Diante desses fatos, permaneceu sem o carro, deixou de realizar os passeios, teve frustrada expectativa própria, bem como a de sua família e não obteve o reembolso das quantias despendidas. Pleiteia a condenação das rés ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 215.877,00 e materiais de R\$ 21.857,70.

Indeferido o benefício da justiça gratuita (fls.83).

Os requeridos foram citados e apresentaram resposta.

O Banco Itaucard S/A apresentou contestação alegando que não entregou o documento ao autor devido a divergência entre o comprador e a pessoa a qual o bem deveria ser transferido (fls.105/108); o réu Auctionsp Promotora de Eventos Ltda - Pacto Leilões apresentou contestação as fls.120/134 alegando que a expedição do documento estava subordinada ao procedimento exclusivo de *corrê* Banco Itaucard, e o réu Euclides apresentou contestação sustentando que não houve sua participação na expedição do documento e nem nas imposições estabelecidas na recompra (fls.203/215). Os requeridos Auctionsp Promotora de Eventos Ltda - Pacto Leilões e Euclides suscitaram preliminar de ilegitimidade de parte.

Houve réplica (fls.233/255).

Instadas para especificação de provas, os *corrê*s Euclides Maraschi Júnior e Pacto Auctionsp Promotora de Eventos Ltda manifestaram desinteresse na produção de outras provas. Silentes o autor e o requerido Banco Itaucard S/A (fls.262/265).

É o relatório.
Fundamento e DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O julgamento antecipado está autorizado pelo desinteresse das partes pela produção de provas, direito que declaro precluso.

A preliminar suscitada por Auctionsp Promotora de Eventos Ltda - Pacto Leilões não merece acolhimento, porquanto, integrante da cadeia de fornecimento, responde solidariamente pelos danos causados ao consumidor.

De outro lado o pedido não se sustenta em face de Euclides Maraschi Júnior, uma vez que não há falar-se em responsabilidade pessoal do leiloeiro, o qual apenas intermedeia o negócio jurídico. Acolhe-se, pois, a preliminar suscitada.

A relação jurídica é de consumo, razão pela qual, aplicam-se as regras previstas no artigo. 6º, VIII c/c art. 101, I, do Código de Defesa do Consumidor, as quais impõem a rejeição da preliminar de incompetência formulada com fundamento no foro de eleição.

Passo à análise do mérito.

A ação procede em parte.

São fatos incontroversos que o autor firmou contrato de compra e venda com as requeridas, posteriormente, restituiu o veículo ao pátio da corré Auctionsp Promotora de Eventos Ltda - Pacto Leilões.

Também é incontroverso que a parte autora tenha efetuado os incrementos descritos na petição inicial.

A culpa exclusiva do autor mencionada pela Auctionsp Promotora de Eventos Ltda - Pacto Leilões não restou caracterizada porquanto não há nos autos nada que comprove a recusa que lhe é atribuída.

Também não se sustenta a tese do Banco Itaucard de que deixou de entregar os documentos ao autor porque não encontrou justificativa ou documento que comprovasse a existência de vínculo entre ele e a pessoa que arrematou o veículo em seu nome porque essa versão foi infirmada pela promotora de eventos que menciona à fl. 125: *Em leilão realizado em 12.2.2015, o autor, na pessoa de Roberto Antunes Lima, adquiriu o veículo Chevrolet Meriva Joy, cor branca, placa EFU-7597, chassi nº 9BGXL75P0AC141547, no valor de R\$ 15.200,00 (quinze mil e duzentos reais), conforme (doc. 3) anexo, acrescido de comissão do leiloeiro e demais despesas. 29. Efetivado o arremate, solicitou-se que o co-réu BANCO ITAÚ procedesse com a expedição de toda a documentação do veículo, inclusive o documento CRLV/CRL. 30. Ocorre que a Ré aguardava baixa de gravame existente sobre o veículo, para que seu despachante pudesse dar seguimento ao procedimento de liberação da documentação, o que não ocorreu por motivos alheios a mesma.*

Assim, a reparação dos danos materiais suportados pela parte autora é medida de rigor, mostrando-se injustificável qualquer abatimento pretendido pelas rés a que deram causa ao inadimplemento contratual.

Assim, ante a verificação de culpa exclusiva das requeridas e a inviabilidade da manutenção do contrato, mostra-se justo e adequado que o consumidor receba os valores pretendidos de forma integral.

Por outro lado, os danos morais são indevidos.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Entendo que os acontecimentos comprovados nos autos não são suficientes para configurar dano moral a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece. Não houve abusos efetivamente demonstrados ou qualquer outra consequência concreta.

O aborrecimento por que passou o autor – ao menos aquele efetivamente demonstrado sob o pálio do contraditório - não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada. Saliente-se que o mero aborrecimento, pequenas ofensas e percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça que: “*só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral*” (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha – grifo nosso).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos inúmeros fatos corriqueiros irritantes e desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para declarar resolvido o contrato individualizado na petição inicial e condenar as rés Auctionsp Promotora de Eventos Ltda - Pacto Leilões e Banco Itaucard, solidariamente, ao pagamento da quantia de R\$ 21.587,70 atualizada desde o desembolso, de acordo com os índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. A sucumbência é recíproca, de modo que autor e réu pagarão os honorários de 15% sobre o valor da condenação. **JULGO EXTINTO** o processo sem resolução do mérito em face de Euclides Maraschi Júnior (CPC, art. 485, VI). Condeno o autor ao pagamento de honorários de sucumbência de 10% do valor da condenação.

Interposta apelação, viabilize-se apresentação de contrarrazões e subam os autos à Superior Instância com as cautelas de estilo e as homenagens do juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 03 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**